

ENTRE AVENIDAS, BECOS, VIELAS E RUAS SEM SAÍDA: o complexo, parcial e precário acesso de trabalhadores das ruas às microfinanças em bancos públicos brasileiros

PATRÍCIA DANIELA SOUZA DOS ANJOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

MARINETTE SANTANA FRAGA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

ENTRE AVENIDAS, BECOS, VIELAS E RUAS SEM SAÍDA: o complexo, parcial e precário acesso de trabalhadores das ruas às microfinanças em bancos públicos brasileiros

1 INTRODUÇÃO

Um dos cenários que mais tem chamado atenção nos centros das grandes capitais do Brasil é o aumento do número de pessoas trabalhando nas ruas. Os termos “trabalhador informal” e “trabalhador de rua” são utilizados, neste artigo, como abordagens equivalentes, designando, especificamente, os vendedores ambulantes e camelôs, que executam essa atividade nas ruas, praças e espaços públicos de grandes cidades.

Pesquisas no Brasil apontaram aumento do trabalho nas ruas devido a diversos fatores que vão ao encontro da necessidade de sobrevivência e alternativas de renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-IBGE, 2018), a taxa de desocupação caiu para 11,6% no trimestre encerrado em novembro do ano de 2018. Todavia, a informalidade atingiu nível recorde na série histórica da pesquisa, que foi iniciada em 2012. A maior parte dessas ocupações saiu do mercado de trabalho informal, onde houve aumento de 528 mil pessoas trabalhando por conta própria e cerca de 498 mil empregados do setor privado sem carteira de trabalho. A pesquisa evidenciou que grande parte desse aumento está relacionada ao trabalho voltado para a sobrevivência, com atividades como a de motorista de aplicativo, ambulantes e serviços de alimentação (IBGE, 2018).

Diversas pessoas recorrem à atividade informal diante da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho ou da necessidade de complementação de renda diante dos baixos níveis de assalariamento e de serviços precários. Dessa contextualização, emerge a disponibilização ou não de produtos e serviços de microfinanças destinados aos trabalhadores de rua, muitas deles vivendo em situação de pobreza. Tais créditos são de pequenos valores e são ofertados por algumas instituições financeiras visando possibilitar melhores condições de vida e mitigação da pobreza, de forma a atender aos objetivos internacionais de inclusão financeira.

Este artigo objetiva diagnosticar o perfil dos usuários de microfinanças nas principais instituições financeiras do Brasil para verificar se trabalhadores de rua, como camelôs e vendedores ambulantes, são alcançados pelo programa de microcréditos. Ter acesso aos créditos de pequenos valores e teoricamente de baixo custo configura-se em um grande desafio para as pessoas que vivem na base da pirâmide social, seja no Brasil, seja em outros contextos nacionais.

Para a consecução de tal objetivo, foi realizado um levantamento teórico-conceitual, por meio da revisão bibliográfica, sobre o trabalho informal, dando enfoque às atividades praticadas nas ruas por vendedores ambulantes e camelôs. Posteriormente, as discussões abrangeram as principais características das políticas de microfinanças disponibilizadas por instituições financeiras no país e suas estratégias de focalização nos segmentos sociais mais fragilizados e em situação de vulnerabilidade. Nas considerações finais, retoma-se a relevância de novos estudos sobre esse recorte de pesquisa, visto que o acesso a produtos e serviços financeiros mais justos e adequados aos públicos em vulnerabilidade constituiu-se em uma agenda de ampliação da cidadania central no contexto brasileiro atual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 *Perspectivas teóricas sobre o trabalho informal*

O crescente fenômeno da informalidade na hodiernidade abarca uma discussão não muito consensual entre economistas, sociólogos do trabalho, antropólogos e formuladores de políticas públicas, principalmente, no que tange à compreensão e elaboração de uma abordagem teórica e conceito capazes de explicar as diferentes situações criadas por esse mercado nas economias mundiais, bem como quais consequências geram para a sociedade diante do cenário de mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais. Segundo Krein e Proni (2010), o ponto em comum entre os pesquisadores é a precarização da atividade, visto que os trabalhadores de ruas, muitas vezes, atuam na ilegalidade ou fora da proteção social oferecida por instituições públicas.

Embora as trocas relacionais (econômicas e/ou sociais) entre mercadores e clientes nas ruas sejam um fenômeno social antigo, os debates iniciais sobre a “informalidade” apareceram nas décadas de 60 e 70 com a elaboração e publicação de relatórios pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) referentes à situação das perspectivas trabalhistas em países subdesenvolvidos da África e América Latina. Especificamente em 1969, a OIT lançou o Programa Mundial de Emprego (PME), cujo objetivo era “avaliar os efeitos, sobre o emprego e a distribuição da renda, das estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização” (CACCIAMALI, 2000, p. 154-155).

A preocupação da OIT foi identificar os problemas de geração de emprego nos países subdesenvolvidos e as questões da justiça social e exclusão social. Esses fatores aumentavam diante do desemprego vigente, da baixa remuneração dos ocupados e da precarização das relações trabalhistas e sociais (KREIN; PRONI, 2010).

Na visão de Cacciamali (2000), os resultados das avaliações feitas pelo Programa Mundial de Emprego (PME) nos países subdesenvolvidos mostraram que os processos de crescimento econômico substitutivo de importações, rápido e intensivo em capital, não foram suficientes para garantir ofertas de trabalhos à população economicamente ativa. Pelo contrário, o efeito ocasionado culminou no aumento de atividades organizadas em pequenas escalas. Assim, começaram a aparecer grupos, pessoas e setores sociais de base familiar composto por trabalhadores de rua, prestadores de serviços urbanos, trabalhadores autônomos, por conta própria ou auto emprego que não se enquadravam em formas de trabalho típicas do mundo capitalista (DURÃES, 2009; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Emerge, portanto, um novo formato de atividade que utiliza como critério a forma de organização da produção, ou seja, “são informais os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo, sendo que o conjunto destas unidades de produção compõe o setor informal” (PAMPLONA, 2013, p. 228).

No chamado setor informal, as unidades produtivas não são totalmente capitalistas por que não há uma separação clara entre capital (donos do negócio) e produção (força de trabalho), além da geração de excedentes tem um papel distinto daquele observado nos empreendimentos capitalistas tradicionais e formalizados. O fator essencial a ser preservado é a manutenção e sobrevivência da família e, por último, a preocupação com a manutenção do negócio ou retorno financeiro (PAMPLONA, 2013; DURÃES, 2009; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). Segundo a OIT (1993), o setor informal é formado por unidades produtivas de bens ou serviços para gerar emprego e renda. De forma operacional possui nível baixo de organização, pouca ou nenhuma divisão entre mão-de-obra e fatores de produção. Quando da presença de relações trabalhistas, elas são baseadas em emprego ocasional, no

parentesco ou nas relações pessoais e sociais, ao invés de acordos contratuais com garantias formais.

É notório que as tentativas de desenvolvimento de políticas econômicas e sociais eficazes pelos países retardatários no processo de aceleração de crescimento trouxeram reflexos nas formas de concepção do trabalho. Nos anos 80, o discurso girava em torno de que para se alcançar a modernidade era necessário passar por reformas estruturais no âmbito das privatizações e da desregulamentação dos mercados e do trabalho.

Dessa forma, para Costa (2010), o problema da informalidade passou a ser considerado com foco na perda da centralidade, da força do setor secundário para empregabilidade e do crescimento do setor de serviços na absorção da força de trabalho. A OIT se reposicionou sobre a questão da informalidade em 1991, na 78ª Conferência Internacional do Trabalho. O momento histórico era o da transição de economias socialistas para o modelo de abertura econômica e dessa forma, a preocupação girava em torno dos países em que havia o predomínio do trabalho informal (KREIN; PRONI, 2010). Nessa transição de mercado, houve uma perda do dinamismo das formas de emprego com surgimento de novo padrão. Esse provocou a geração de poucos trabalhos, mal remunerados e desprotegidos (BORGES, 2007).

Diante do cenário dos anos 90, a OIT estabeleceu uma definição consensual e compatibilizou critérios de mensuração a ser utilizados pela maioria dos países. Para tanto, foram estabelecidos dois tipos de classificação: “empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado” (BOUÇAS, 2015, p. 31). Essa classificação perdurou até 2002, quando a OIT adotou a terminologia economia informal. Segundo Pamplona (2013) o novo conceito basicamente unifica dois termos: setor informal e emprego informal.

Um terceiro conceito mais recente foi proposto por Cacciamali (2000), no qual aborda o termo informal com uma amplitude maior, denominado de processo de informalidade. A justificativa está pautada na necessidade de se levar em consideração aspectos como as mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que interferem direta ou indiretamente nas formas de trabalho.

Observa-se que os debates teóricos sobre o tema são amplos e passaram a ser feitos sob diferentes perspectivas que não necessariamente se contradizem, apenas diferenciam o posicionamento dos diversos interlocutores. Para Krein e Proni (2010), o trabalho informal, atualmente, é pautado em duas vertentes: “o trabalho que se manifesta nos setores não estruturados da economia (urbana e rural) e aquele que é executado de maneira informal nos setores organizados da economia capitalista” (KREIN; PRONI, 2010, p. 12).

Diante da diversidade de concepção teórica existente, Pamplona (2013) propõe que o termo “informal” pode assumir três marcos conceituais. O primeiro marco caracteriza informal como setor informal, o qual enfatiza a natureza do processo e unidade produtiva, a baixa produtividade e a pobreza. O segundo compreende a noção de informal como economia informal, sendo nesse contexto enfatizado o problema da ocupação, da baixa qualidade do emprego e da falta de proteção social. O terceiro define o informal como processo de informalidade, que prioriza as mudanças estruturais da economia e da sociedade. Essas transformações criam formas do informal se manifestar, limitando a regulação estatal da atividade econômica e estimulando a não aceitação de regulação por parte dos agentes produtivos.

Os marcos teóricos apresentados remetem à inquietação para se conhecer a realidade vivenciada por trabalhadores de ruas do Brasil, em especial, se conseguem desfrutar das oportunidades do acesso aos produtos e serviços de microfinanças, diante da informalidade dos seus negócios.

2.2 Cenários do trabalho informal praticado nas ruas

No contexto brasileiro, o trabalho nas ruas é considerado como uma atividade antiga que vem sendo praticada desde os períodos coloniais. Segundo Durães (2002) tais práticas de trabalho remontam dos séculos XV e XVI, época dos descobrimentos, na qual já havia carregadores de mercadorias, bens e pessoas, que atuavam nos portos e vias públicas das capitais litorâneas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Por muito tempo, o que mais se viu pelas ruas e calçadas das cidades eram escravos africanos e mestiços vendendo comidas típicas (quitandeiras) e/ou trabalhando como carregadores. Eles ficavam andando de um lado para outro da cidade levando mercadorias ou prestando serviços. Além disso, tinha também aqueles que se aglomeravam em ponto fixos – denominados “cantos”, a espera de clientes (DURÃES, 2002).

Com o passar dos anos, termos como “ambulantes” e “camelôs” emergiram e acabaram se consolidando. A atuação desses informais nos contextos urbanos foi crescendo e o que parecia ser um problema estrutural transitório e insólito com grande expectativa de pulverização pela sociedade, acabou tomando proporções maiores com reflexos não só em países emergentes como o Brasil, mas também no seio das grandes economias globais.

Segundo Rodrigues (2008), a atividade de camelô tem sua origem na venda ambulante. A diferença é que os camelôs fixam suas atividades em um mesmo local e os ambulantes não. Entre os camelôs, existe uma pequena diferenciação quanto aos que são legalizados e os clandestinos. Os que trabalham ilegalmente são reconhecidos como “toreros” e vivem se esquivando das fiscalizações. Já aqueles considerados regulares possuem autorização expedida pela prefeitura para trabalhar em shoppings populares (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009). No tocante ao vendedor ambulante, tem-se o seguinte conceito:

[...] trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial (PAMPLONA, 2013, p. 230).

Na literatura internacional os ambulantes são classificados como comerciantes de rua ou *street vendor*. Para Horn (2009), estão inclusos nessa categoria todos aqueles que vendem produtos ou prestam algum tipo de serviço em espaços públicos. Segundo Bhowmik (2005), um vendedor de rua é caracterizado como aquela pessoa que vende seus produtos fora de construções físicas, ou seja, são comerciantes que usam os espaços públicos e privados (ruas, calçadas e faixas de pedestres) de forma fixa ou itinerante.

Embora não se tenha como objetivo esgotar as discussões sobre as variações conceituais entre os termos comerciantes de rua, vendedor ambulante e camelôs, os conceitos aqui elencados visam mostrar que tais ofícios são similares e se complementam, uma vez que ao atuar nas ruas, esses trabalhadores informais territorializam os espaços de passagem, transformando-os em locais de trabalho e fonte de renda ao utilizar estratégias flexíveis e adaptadas aos consumidores de rendimentos baixos.

De acordo com Silva (2003), grande parte dessa nova informalidade provém de um agrupamento majoritário de pessoas advindas de grupos sociais pauperizados e sem qualificação que acabam encontrando nesse tipo de trabalho uma forma de garantir a sobrevivência e complementar renda. Esses são alguns daqueles que SOUZA (2012) nomeou de “batalhadores brasileiros”, ou seja, grupo integrante da ralé brasileira que luta para sobreviver através das suas atividades econômicas. São pessoas hostilizadas por andarem fora

dos parâmetros legais devido à comercialização de mercadorias e prestação de serviços sem anuência dos órgãos públicos. Além disso, muitos deles são estigmatizados como contrabandistas, mafiosos e vagabundos, sendo que tais estigmas operam como instrumento ideológico para inferiorizá-los, colocando-os à margem e exclusão (GOFFMAN, 1999).

2.3 Microfinanças

Os trabalhadores de ruas também necessitam de fontes de recursos econômicos para realizar suas atividades. Uma possibilidade para essa obtenção seria o acesso aos programas de microfinanças ao invés dos serviços bancários e financeiros tradicionais. O crédito dado a pessoas físicas ou jurídicas, segundo Silva (2006), é caracterizado pela entrega de um valor mediante promessa do pagamento ser efetuado num momento futuro. Sua intermediação geralmente é feita por bancos comerciais, financeiras, cooperativas de créditos, sociedades de crédito e associações, sendo a sua forma mais tradicional através dos bancos públicos. Tais instituições financeiras assumem o risco de obtenção ou não do valor de empréstimo disponibilizado por fornecerem crédito ao tomador.

Por causa dos riscos iminentes, os bancos vão criando critérios que acabam se transformando em barreiras para tipos específicos de trabalhadores, por exemplo, micro e pequenos empreendedores. A maioria acaba encontrando dificuldade na obtenção do crédito pela falta de garantias reais nas operações.

As políticas de microfinanças surgem, então, como possibilidade de amenizar o problema da disponibilidade de crédito aos pertencentes de classes sociais baixas. Segundo Souza Junior (2012), os produtos de microfinanças, entre eles os microcréditos, aparecem como fonte alternativa de recursos não só para os trabalhadores formais, mas também para os informais, objetivando, justamente, o combate à pobreza e exclusão social.

O microcrédito é considerado como principal modalidade das microfinanças e consiste em empréstimos de pequeno valor fornecidos por instituições bancárias não tradicionais a microempreendedores ou pertencentes à economia informal para o desenvolvimento do seu negócio (SOARES; MELO, 2008; MARTINS *et al.*, 2002).

Mesmo com a difusão mundial de programas de microfinanças e destaque dos microcréditos, na focalização há públicos que não conseguem ter acesso financeiro. Uma das causas é o elevado risco de inadimplência da operação. Soma-se a esses aspectos: “taxas de juros elevadas, cronograma de reembolso restritos, empréstimos insuficientes, falta de supervisão após o empréstimo e falta de educação e habilidades entre beneficiários do microcrédito” (Ali *et al.*, 2017, p.13).

A fim de amenizar problemas como os já descritos, várias experiências de microfinanças e microcrédito no mundo e no Brasil criaram um sistema de grupos solidários, que integra grupos de tomadores em que todos se tornam responsáveis pelo pagamento de cada membro, ou seja, caso um indivíduo não pague, os outros arcam com a despesa. Outra política adotada é que os empréstimos são disponibilizados a partir do histórico positivo de pagamento, configurando-se como fator essencial para novos financiamentos com valores maiores (NERI, 2010).

2.4 A focalização das microfinanças e sua operacionalização no Brasil: perfil dos tomadores de microcréditos no Brasil

No Brasil, dentre as microfinanças que mais se desenvolveu está o microcrédito, visto que microsseguros, micropoupanças, microfinanciamento habitacional e outros ainda são minorias no mercado. O microcrédito visa atender às pessoas que possuem características de empreendedores. Essa é uma das causas da prevalência do microcrédito produtivo e orientado

em detrimento de outros créditos. Santos, D`Souza e Lima (2013) esclarecem que as abordagens das pesquisas sobre microfinanças são bastantes críticas no que tange às metodologias e o alcance do público-alvo que devem ser adaptados pelas instituições financeiras tradicionais para atingir o objetivo de inclusão social financeira e desenvolvimento.

Morduch (1999) afirma que as microfinanças consistem na prestação de serviços financeiros aos mais desfavorecidos e possibilitam a eles gerar rendimento e emprego por meio do desenvolvimento de pequenos negócios. Entre esses desfavorecidos, podem-se incluir os trabalhadores de rua. Ressalta-se que a maioria é proveniente da denominada ralé, ou seja, provenientes da situação de pobreza e são trabalhadores e batalhadores.

No cenário da inclusão financeira e altas taxas de desemprego, uma estratégia política adotada é a abertura de créditos de pequenos valores para empreendedores, que na maioria das vezes possuem negócios para sobreviver. Em paralelo, com a abertura de crédito e inclusão financeira, a política econômica incentiva as pessoas para o consumo. Dessa forma, o crédito concedido possibilitará maior renda e maior consumo.

Portanto, o microcrédito tem como alvo a produção e o consumo, em consonância com a dominação e manipulação de pequenos empreendedores; que têm uma inserção muito desfavorável no capitalismo contemporâneo, condição que se agrava quando se analisa o setor financeiro e as dimensões financeiras de reprodução nos negócios e da própria vida em sociedade. Isso se dá por meio da assimetria de informações e do novo nicho mercadológico das instituições financeiras. Segundo Morduch (1994) existem desafios que representam as falhas das instituições de serviços microfinanceiros e que afetam a realidade do público alvo, as taxas, o aumento da capilaridade e a segurança social. A sintonia dos objetivos e da focalização dos microcréditos contrariam os objetivos tradicionais das microfinanças mundiais voltadas para a emancipação das pessoas em situação de pobreza, ou seja, entram em choque com a criação de condições econômicas para o desenvolvimento das capacidades humanas.

Nessa vertente, as instituições financeiras de microfinanças possuem formas distintas das tradicionais para conceder os valores. Dessa forma, a focalização dos microcréditos possui como recorte de metodologia e acesso ao crédito a formação de grupo de garantia solidária. O mesmo se caracteriza, em especial, pelos laços de solidariedade e confiabilidade que são garantias intangíveis e que podem excluir pessoas no acesso ao crédito e assim criar uma estratificação de classe dentro de uma comunidade.

Gonzalez, Vidal e Christopoulos (2013) mencionam no campo da focalização das microfinanças a metodologia da proximidade. Essa utiliza os agentes de crédito como intermediários nas relações institucionais que desenvolvem funções de reconhecimento de nichos, prospecção e acompanhamento de clientes, etc. Nessa operacionalização tem-se o profissional do agente de crédito. Caracterizam-se por uma proximidade física e vínculo estreito com comunidade dos os clientes (MORDUCH, 1999).

Sama e Casselman (2013) citam como exemplos de negócios de proximidade com consumidores, agregação de demanda e empreendedorismo por incubação. Essas vertentes podem ser oportunidades para trabalhadores de ruas informais terem acesso ao microcrédito e alavancar seus pequenos negócios. Na maior parte não são negócios e sim formas de trabalho e sobrevivência que se mantem escravizado aos poderes econômicos, políticos e financeiros.

Abramovay (2004) alerta para a relevância do crédito como instrumento de promoção de atividades produtivas em consonância com as necessidades e condições de vida de diversos trabalhadores que diante do desemprego estrutural, veem no negócio a principal fonte de recurso para a família e não propriamente para expandir e ter lucratividade e competitividade na sua atividade. O autor mencionou em relação às operacionalizações das instituições financeiras os desafios de propiciar disponibilidade imediata de recursos financeiros,

quantidade suficiente, taxas e preços realísticos para o público alvo dos microcréditos. São desafios que requerem inovação para as microfinanças efetivar na prática seu objetivo de inclusão social.

Esses atributos são instrumentos de promoção de atividades produtivas e de melhoria da qualidade de vida de empreendedores de sobrevivência. Um exemplo no Brasil e referência na América Latina é o Banco do Nordeste no Brasil com o programa Crediamigo. Segundo a teoria no campo das microfinanças mundiais, a modalidade núcleo do Crediamigo é o microcrédito produtivo direcionado para microempreendedores formais ou informais. Enfatiza que os mesmos devem ser pobres, mas pobres ativos que querem ter negócio próprio e que possuem capital social relacional que darão garantias aos créditos concedidos.

Nesse sentido, Abramovay (2012) caracteriza a existência de uma nova economia por meio da cooperação social. O objetivo é ampliar a participação dos trabalhadores e de comunidades nos processos de criação de riqueza e de inovar as formas de trabalho, entre elas inclui-se o trabalho informal. Essas diversidades de formas informais de negócios aumentam a complexidade operacional para atuação das instituições de microfinanças.

No Brasil, diversas variáveis dificultam a ampliação dos microcréditos. Entre elas, Chaves (2011) argumentou a pouca presença das instituições privadas no setor microfinanceiro. Fator que requer maior participação do governo. Segundo o autor, a solidez e regulamentação do sistema financeiro nacional se tornam seletivos e excludentes, sendo contrários os objetivos de inclusão social e capacitação das pessoas que se aventuram nos negócios para indiretamente remunerar o setor financeiro e sua capilaridade.

Nessa contextualização de focalização das microfinanças no Brasil, percebeu-se que houve mudanças nas classes sociais, com o surgimento do que alguns pesquisadores chamaram de Nova Classe Média Brasileira. Negando o surgimento de uma nova classe média, destaca-se Souza (2009, 2012), que de forma crítica a Neri (2010), adepto da narrativa sobre Nova Classe Média, evidencia o perfil das pessoas nessa suposta transição da classe pobre para a média; pessoas que na realidade vivem em situação de pobreza e em condições de trabalho bastante precário e degradante. Alerta que é mais uma forma de manipulação e de subordinação e que no Brasil a reprodução de desigualdades se dá além dos capitais econômicos, na ausência e limitação ao capital cultural e social.

É importante perceber que as microfinanças podem facilitar o acesso ao capital econômico, mas que também outras formas de capital se manifestam nessa realidade, criando possibilidades para os que os detém ou não. Esses outros capitais estão relacionados aos laços sociais (capital social), à cultura (capital simbólico) e às interações de colaboração e conflito em sociedade (capital político), bem como aqueles ligados à construção de um *habitus*, uma forma de viver e pensar o mundo e no mundo social, que pode ser também chamada de capital emocional. Nessa dimensão de construção de capitais que afetam as emoções e valores em torno de decisões e formas de ser e pertencer ao mundo social, como as decisões sobre poupança ou gastos futuros, sobre abnegação ou vivência dos prazeres, sobre hierarquização e fruição de desejos, o capital emocional acaba por ter implicações também no campo da gestão do dinheiro, dos recursos financeiros e monetários a disposição de indivíduos e famílias, com distintas formas de compreensão de seu papel de acordo com o simbolismo de classe social que é reproduzido por indivíduos e grupos sociais de determinada classe. A conjugação desses distintos capitais foram a base para a identificação e alavancagem dos ativos dos trabalhadores de negócios próprios para a sobrevivência. A integração do capital econômico, financeiro, social e simbólico requerem estruturas de oportunidades que propiciam acesso efetivo a bens, serviços e atividades que influenciam o bem-estar das famílias e facilitam a utilização de recursos próprios ou forneçam novos recursos com características de utilidade para a mobilidade e integração social (KATZMAN, 2000). Dessa forma, a inclusão aos serviços bancários requer *a priori* uma forma de reprodução dos negócios bancários capaz de

quebrar a assimetria informacional e as amarras financeiras, explícitas e implícitas, formais e informais, que criam restrições de diferentes ordens, impedindo aos vulneráveis e detentores de baixo capital econômico, simbólico, cultural e emocional de acessar as microfinanças e desfrutar de todo o seu potencial de mitigação da pobreza e vulnerabilidade.

Souza (2009, 2012) descreveu que a representação de classe se dá pelos trabalhadores-batalhadores. Esses são provenientes da ralé estrutural. A crítica de alguns pesquisadores em relação a essa suposta Nova Classe Média estão ligadas ao fato de não se romper a condição precária de trabalho, salários e rendimentos baixos, condições de moradia precárias e sem mudança de *habitus* e de classe. Esses fatores são encontrados na vida dos batalhadores e entre esses os trabalhadores de rua. Na atividade desses trabalhadores podem-se encontrar as características de uma ilusória Nova Classe Média, entre elas o aumento e a necessidade de afirmação do indivíduo e do aumento das potencialidades para negócios, sem que condições materiais e simbólicas desse grupo social excluído e vulnerável tenha sido alteradas efetivamente.

A Ralé tem como característica principal a força de trabalho, segundo estudos de Souza (2009, 2012), a estratégia é transformar a necessidade de vida em ação produtiva. Os debates brasileiros sobre a Nova Classe Média são representados por Souza e Lamounier (2010), Neri (2010), Abramovay (2012) e Pochmann (2013, 2014). As discussões críticas envolvem a complexidade de classes e suas características específicas no contexto social, perpassando fatores educacionais, como a capacitação, essenciais à inserção ocupacional em empresas e no desenvolvimento de negócios próprios e novas formas de trabalho. De forma complementar, os eixos seriam o mercado, a produção e o consumo, que deveriam ser integrados ao eixo político do bem-estar social e a realidade de pequenos empreendimentos, entre eles os trabalhadores informais de rua.

Ao considerar a Nova Classe Média como o motor da expansão da economia, Abramovay (2004) questiona a sua sustentabilidade e manutenção ao médio e longo prazo. Conforme argumenta Pochmann (2013, 2014), nessa classe está o segmento dos trabalhadores que incentivados pelo consumismo se escondem politicamente no sentimento de pertencimento a uma classe melhor e assim tendem a reproduzir discursos sobre meritocracia e sucesso baseado em condições individualistas de sucesso, em detrimento de outras formas de compreensão do êxito e da transformação social, baseadas na solidariedade e pertencimento de classe e comunidade. O autor retrata a composição da Nova Classe Média por mais pessoas empregadas, porém não necessariamente em condições adequadas de trabalhos, salários justos e dignos (POCHMANN, 2013, 2014).

Souza (2012) confirma a composição dessa suposta Nova Classe Média por novos trabalhadores decorrentes do desemprego estrutural. Nessa classe há a ausência ou pouco capital social e cultural para os trabalhadores batalhadores. Por outra vertente, Neri (2010) argumentou que as pessoas da Nova Classe Média aumentaram seu consumo e renda, e isso significa melhores condições de vida. Segundo Souza (2012), há uma compreensão exageradamente economicista sobre a realidade das classes sociais, que não consegue abarcar de forma consistente a dimensão social de reprodução das classes. Em oposição a essa visão economicista e que reduz o econômico e o financeiro a categorias autônomas, independentes e com lógicas próprias de reprodução, Souza (2012) defende uma visão de classe social a partir de categorias sociais e culturas de pertencimento social, nas quais o econômico e o financeiro não se constituem em categorias autônomas, independentes e livres dos laços sociais e culturais que perpassam sua reprodução social. Assume-se essa concepção de Souza (2012) no presente artigo, como forma de problematizar o acesso dos trabalhadores de rua às microfinanças no país de forma mais consistente.

A partir dessa demarcação conceitual sobre classe social, pode-se perceber que elementos como família estruturada, satisfação das necessidades imediatas e disposição para o

trabalho ajudam a compor um reportório que reproduz capitais universalmente legitimados e aceitados como desejáveis entre pessoas bem sucedidas nos negócios e na vida dentro do quadro das sociedades capitalistas contemporâneas. Essa disposição tem atributos de esforço físico, honestidade, priorização da dignidade. Outra característica seria a habilidade primária para cálculo e compreensão de temas e assuntos ligados ao universo da gestão.

No contexto brasileiro, vários pesquisadores advogam a ruptura da violência simbólica econômica contra as classes dos batalhadores. Esse rompimento se daria pelo reconhecimento de que os batalhadores são agentes econômicos e sociais na promoção do desenvolvimento do país (SOUZA, 2012). Como exemplo, existe o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste, cujo objetivo é a inclusão financeira das pessoas e o acesso ao crédito. Caracteriza-se pela oferta dos empréstimos de baixo volume em curtos intervalos de tempo.

Segundo Souza (2012), o CrediAmigo contempla as classes dominadas e desfavorecidas na hierarquia social da economia e do trabalho, desde que se diferenciaram na expectativa de serem trabalhadores autônomos. Logo, eles devem ter disposições para cálculo, administração, esforço de tempo e mão de obra, bem como possuir flexibilidade relacional. No campo de acesso ao crédito prevalece a assimetria de informação, custos altos de transações, baixos volumes de negociação, complexidade operacional. Esses fatores são desafios das instituições financeiras e das políticas de inclusão a serem superados por meio de metodologias e estratégias específicas para o público alvo, no geral provenientes da situação de pobreza (GUERRERO, 2000).

Estudiosos como Nichter, Goldmark e Fiori (2002) demonstraram a descrença na ideia de que o microcrédito seria suficiente para gerar emprego e renda. Apontam a sua insuficiência para retirar as pessoas da pobreza e satisfazer suas necessidades básicas, mesmo com o incentivo para trabalhar em seus próprios negócios. No caso de empreendedores informais provenientes da situação de pobreza existem dificuldades para o acesso tradicional aos créditos pelo sistema bancário. Como exemplos têm-se a precariedade dos negócios, as condições da situação de pobreza, a exigência de requisitos pelo tradicional sistema financeiro para conceder financiamento (CARVALHO *et al.*, 2009; ABRAMOVAY, 2004).

Outra dificuldade é a capacidade dos empreendedores informais fazerem a gestão separada dos ativos do negócio com os bens e direitos familiares. O argumento é que no cotidiano, o objetivo fim dos negócios não é a atividade principal e sim a sustentação e sobrevivência do núcleo familiar (FREITAS; RIBEIRO, 2009).

Moser e Gonzalez (2015) advogam que uma abordagem pouco explorada nos estudos de microfinanças é a adaptação dos serviços ao nível do cliente. Enfatizam a existência de poucos estudos que combinam microfinanças e essas adaptações. Uma dessas adaptações é em relação aos trabalhadores de ruas, portanto uma lacuna para pesquisas identificarem como e quais são os recursos e condições que perpassam a realidade dos trabalhadores de rua informais. Como eles são vistos pelos mecanismos dos microcréditos e como há (ou não) estratégias claras e deliberadas para lidar com esse público.

A complexidade e diversidade de negócios que podem utilizar as microfinanças explicitam que esse campo financeiro envolve mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e iniciativas comunitárias. A estruturação de serviços financeiros para trabalhadores/batalhadores de baixa renda, formalizada ou não requer sustentabilidade social, ambiental e financeira (PARENTE, 2002). Na realidade, o foco da inclusão financeira são as pessoas pobres e que demonstrem trabalho via negócio próprio.

De acordo com Passos *et al.* (2002) os programas de microcréditos alcançam pouco as pessoas mais pobres com carência de aptidão para o negócio e até ausência de condições físicas e materiais para tal. A afirmativa possui três argumentos. O primeiro se refere que o crédito abre oportunidades de autoemprego para os pobres, porém no caso dos mais pobres as oportunidades são mais limitadas e os riscos são razoavelmente mais altos e geram a

autoexclusão; os menos pobres podem excluir os mais pobres, devido ao risco que representam para a formação e manutenção do grupo solidário; a profissionalização do gerenciamento dos programas cria estruturas de incentivos com hierarquias e privilégios ao recebimento de bônus e promoções, isso leva ao incentivo da concentração em outros grupos dos menos pobres.

2.5 Realidade dos trabalhadores de ruas e suas oportunidades de acesso financeiro

No Brasil, a focalização das microfinanças encontra-se registrada nos documentos internos das instituições financeiras que disponibilizam tais serviços. Assim, determinados dados sobre o perfil dos clientes e processos internos para aprovação do microcrédito acabam se tornando de difícil acesso por serem consideradas informações sigilosas. Tal circunstância acaba criando barreiras que dificultam a identificação das pessoas que utilizam os microcréditos, dentre elas, os trabalhadores de ruas. O microcrédito é a modalidade de microfinanças que mais se desenvolveu no Brasil e da qual existem algumas informações divulgadas.

Diante das dificuldades do acesso a esses dados primários, realizou-se em julho de 2019 uma pesquisa secundária nos sítios eletrônicos institucionais dos principais bancos públicos que disponibilizam microfinanças e microcréditos a fim de tentar identificar qual o público alvo desses programas. A escolha dos bancos foi realizada com base na classificação do SEBRAE (2018) que elenca as instituições mais conhecidas no Brasil e basilares no fomento, sendo elas: a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), o Banco da Amazônia (BAM) e o Banco do Nordeste (BNB).

Para Silva (2003) os atuantes informais persistem nessa atividade por que não há perspectivas de políticas de reintegração econômica. Portanto, permanece em atividade um exército de reserva estagnado e em expansão com grandes possibilidades de reinserção. Os dados coletados mostraram que o Banco do Nordeste é a única instituição financeira que menciona vendedores ambulantes como clientes tomadores de microcrédito do programa Crediamigo. Os segmentos atendidos pelo banco vão desde atividades ligadas à indústria e serviços até comércio, cujos ofícios descritos no sítio eletrônico institucional são: ambulantes, vendedores em geral, mercadinhos, papelarias, armarinhos, bazares, farmácias, armazéns, restaurantes, lanchonetes, feirantes, pequenos lojistas, açougueiros, vendedores de cosméticos etc. (BNB, 2019). As demais instituições mencionam que o acesso está aberto para empreendedores formais (MEI ou ME) e informais compostos por indivíduo ou grupo solidário entre 3 a 10 pessoas, sem especificação se os trabalhadores de rua (ambulantes e camelôs) se enquadrariam.

Outro ponto que chama a atenção diz respeito ao apoio institucional inicial dado pelo banco. Na maioria prevalece a figura de um orientador ou agente de crédito que intermedia a operação, com exceção do Banco da Amazônia que não especifica. Esse personagem assume um papel importante, pois sua análise do estabelecimento, documentação exigida e demais requisitos permite a liberação do microcrédito. A caixa Econômica dá um passo a frente ao focar nessa orientação ao cliente, disponibilizando material sobre gestão de negócios através dos orientadores e acesso à plataforma de ensino a distância desenvolvida para pequenos e microempreendedores. As principais informações coletadas foram compiladas e estão representadas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Grupos e indivíduos contemplados pelas políticas de microcrédito

Banco	Programa de microfinanças	Nome Produto (microcrédito)	Finalidade do microcrédito	Apoio institucional	Público-alvo
--------------	----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------	---------------------

Caixa Econômica Federal	Caixa Crescer	Microcrédito Giro Caixa Orientado	Reformas, comprar matérias-primas ou fazer outros investimentos no próprio negócio.	Orientador de Crédito	Empreendedores formais (MEI ou ME) e informais
Banco do Brasil	Não especificado no sítio eletrônico.	Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)	Melhorar o fluxo de caixa (capital de giro), comprar equipamentos, móveis, ferramentas, etc.	Agente especializado	Pequenos empreendedores
Banco do Nordeste	Não especificado no sítio eletrônico.	Crediamigo	Capital de giro e investimentos em capitais fixos.	Agente de microcrédito	Empreendedores individuais ou em grupos solidários atuantes no setor informal (ex. ambulantes e vendedores em geral) ou formal.
Banco da Amazônia	Não especificado no sítio eletrônico	Amazônia Florescer Urbano	Capital de giro e investimentos em capitais fixos.	Não especificado no site.	Empreendedores populares informais
		Amazônia Florescer MEI	Capital de giro e investimentos em capitais fixos.	Não especificado no site.	Microempreendedores individuais formalizados nos estados do Maranhão e Mato Grosso.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As políticas de concessão do microcrédito listadas pelo Banco do Brasil assumem formato mais burocrático e restritivo para os tomadores, pois os pequenos empreendedores precisam: ser correntista do banco; ser empreendedor informal com renda mensal de até R\$ 16,66 mil; ser microempreendedor individual (MEI) com faturamento até R\$ 81 mil por ano ou microempresa que fatura até R\$ 200 mil por ano; apresentar garantia pessoal de terceiros (em alguns casos ela pode ser dispensada) e o endividamento no Sistema Financeiro Nacional (SFN) não pode exceder R\$ 80 mil. A imposição dessas regras acaba restringindo a contratação de um microempréstimo, principalmente, dos trabalhadores de rua que não passariam pelo crivo normativo.

Outro banco que pontua também alguns requisitos obrigatórios é o Banco do Nordeste que enquadra algumas regras em nível individual e grupal, são elas: ser maior de idade; ter ou querer iniciar uma atividade comercial; ter faturamento de até R\$ 200 mil ao ano; aval solidário para empréstimos em grupo que funciona como a garantia conjunta para o pagamento das prestações; garantia de coobrigado para empréstimos individuais.

No tocante aos valores de empréstimo, no geral, variam entre 100,00 a 15.000,00 reais com taxas de juros por volta de 2,3% a 3,5% a.m., variando de acordo com a política de cada banco. A documentação requerida para solicitação do microcrédito é bem simples. Bancos como Caixa Econômica e Banco do Nordeste exigem apenas: RG, CPF e comprovante de residência, sendo nos demais não especificado.

Pode-se inferir, a partir dos dados, que pouquíssimas instituições de caráter público oferecem microcréditos para trabalhadores de rua, especialmente ambulantes e camelôs. O enquadramento do cliente é geral e sem delimitação clara, não permitindo afirmar se de fato tais trabalhadores teriam acesso facilitado ou não ao microcrédito.

Através da análise documental desenvolvida, evidencia a existência de poucas instituições de caráter público que oferecem serviços de microfinanças adaptados às classes sociais e aos indivíduos dentro dessas classes que se encontram em maior vulnerabilidade e condição de pobreza, sobretudo os trabalhadores de rua, como os ambulantes e camelôs informais ou formais. Além disso, pela análise realizada quanto à linguagem, formas de divulgação e estratégias diárias de disseminação dos produtos e serviços de microfinanças pela maioria das instituições bancárias investigadas, percebe-se que há um distanciamento da lógica, racionalidade, construção discursiva e cotidiano desses trabalhadores, que formam parte importante dos grupos sociais em vulnerabilidade no país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a informalidade encontrados na literatura mostraram que não há uma definição conceitual unívoca, assumindo, portanto, múltiplas formas de reprodução social. Também, não há um consenso a respeito de quais agentes e tipos de atividades poderiam ser caracterizados como informais.

Os resultados da pesquisa revelaram a complexidade que envolve a capilarização da oferta de serviços de microfinanças, as formas de aproximação, a focalização e as políticas de inclusão financeira dos trabalhadores de rua e seu acesso ao conjunto de políticas financeiras disponibilizadas por instituições públicas voltadas às pessoas de baixa renda.

O microcrédito foi apresentado, neste trabalho, como uma possibilidade para aqueles que não conseguem financiar suas atividades dentro do sistema tradicional da economia. Todavia, é notório que o acesso a esse benefício se esbarra em barreiras promovidas, na maioria das vezes, pelas políticas públicas sociais e pelas próprias instituições detentoras dessa forma de crédito, pois são criadas políticas burocráticas e evasivas que muitas vezes fogem do escopo original proposto pelo modelo mundial do microcrédito, prevalecendo a meta de lucratividade das instituições financeiras. Ademais, nas últimas décadas, as principais medidas políticas e econômicas que vêm sendo implantadas por gestores públicos estão voltadas para a sucumbência do problema da informalidade e não para desenvolver medidas eficazes que de fato ajudem tais pessoas a se reintegrarem ao mercado de trabalho.

Outro ponto relevante está ligado ao fato de que grande parte desses trabalhadores não toma conhecimento da existência desse tipo de crédito. Em alguns casos, por falta de acesso à cultura, socialização e ao sentimento de pertença, o que coloca entraves para que grande número de trabalhadores consiga se formalizar. O microcrédito pode ser uma opção de alavancar a vida desses trabalhadores, na tentativa de garantir-lhes não só um ganho econômico, mas também ganhos sociais, culturais e emocionais.

Como novas agendas de investigação, sugere-se a realização de pesquisas empíricas junto a trabalhadores de rua (ambulantes e camelôs) e junto a empregados dos bancos públicos e privados encarregados de operacionalizar as políticas de microfinanças dessas instituições bancárias. Como uma das limitações deste artigo tem-se a escolha somente de instituições financeiras públicas e sem recorte regional delimitado. Desse modo, abre-se possibilidade de estudos que incluam também bancos privados e outras instituições públicas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril S.A, 2012.

ALI, Isahaque; HATTA, Zulkarnain A.; AZMAN, Azlinda; ISLAM, Shariful. Microfinance as a development and poverty alleviation tool in rural Bangladesh: a critical assessment. **Asian Social Work and Policy Review**, v.11, n.1, p. 4-15, nov. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/aswp.12106>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Microcrédito**. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/microcredito> Acesso em:

BANCO DO BRASIL. **Microcrédito Produtivo Orientado**. Disponível em: [https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais/microcredito-produtivo-orientado#/>](https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais/microcredito-produtivo-orientado#/). Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo> Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BHOWMIK, Sharit. Street vendors in Asia: a review. **Economic e Political Weekly**, v.40, n.22-23, p.2256-2264, may./jun. 2005.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador / BA**. 2015. 268f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20882>. Acesso em: 01 set. 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.9, n.1, p.153-174, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124> Acesso em: 01 ago. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Caixa Crescer**. Disponível em: <http://www.caixacrescer.com.br/CrescaComGente/QuemSomos>>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

CARVALHO, Daniela Moreira; ARAÚJO, Eliane Aparecida; SALAZAR, Gérman Torres; FERREIRA, Roberto do Nascimento. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: Anais: **47 Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural (SOBER)**. Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 2009.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque; MURTA, Ivana Benevides Dutra. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **RAP**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p.1315-1342, nov./dez. 2009.

CHAVES, Sidney Soares. Diagnóstico e desafios do microcrédito no Brasil. **Revista Desenbahia**, n.15, p.193-228, set. 2011.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58. p. 171-190, jan./abr. 2010. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 ago. 2018.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho de rua no Brasil e o processo de acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. In: **6º Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2009, Campinas. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-de-rua-no-brasil-e-o-processo-trabalhador-gratui.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. **Desemprego cai para 11,6%, mas informalidade atinge nível recorde**. Disponível em: <[https:// https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O Conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n.41. p.211-229, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>. Acesso em: 02 out. 2018.

FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; RIBEIRO, Rosa Cristina Lima. Análise segmentada da performance empreendedora de tomadores de microcrédito. **Revista Econômica do Nordeste**, v.40, n.2, p.249-261, abr./jun. 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONZALEZ, Lauro; VIDAL, Valentim; CHRISTOPOULOS, Tania. Microseguro – oportunidades e restrições em um mercado emergente. **Revista Pretexto**, v.14, n.2, p.20-39, abr./jun. 2013.

GRAMEEN BANK(GB). **Banking for the poor**. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/monthly-reports-09-2017/>> Acesso em: 03 de jul. de 2017.

GUERRERO, Javier Alvarado. As microfinanças e o crédito rural. In: **Anais, Seminário internacional de microfinanças**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

HORN, Zoe Elena. No cushion to fall back on: the global economic crisis and informal workers. **Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO)**, 2009. Disponível em: <<http://www.wiego.com>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). **15th International Conference of Labour Statisticians (15ª ICLS)**. Geneva, 1993. (Resolution II). Disponível em: <<http://www.ilo.org/public>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

KATZMAN, Ruben. **Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social**: document de trabajo del IPES (aportes conceptuales n.2). Uruguai: IPES, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/31545>>. Acesso em: 06 de jul. de 2019.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4). Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227055/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARTINS, Paulo Haus; WINOGRAD, Andrei; SALLES, Renata de Carvalho. **Manual de Regulamentação das Microfinanças**: Programa de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro, 2002.

MORDUCH, Jonathan. Poverty and Vulnerability. **The American Economic Review**, v.84, n.2, p. 221-225, 1994.

MORDUCH, Jonathan. The microfinance promises. **Journal of Economics Literature**, v.37, n.4, p.569-1614, dec.1999.

MOSER, Rafael Magnus Barbosa; GONZALEZ, Lauro. Microfinance and climate change impacts: the case of agroamigo in brazil. **Revista de Administração de Empresas**, v.55, p.4, n.397- 407, july/aug. 2015.

NERI, Marcelo. **The new middle class in Brazil**: the bright side of the poor. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais, 2010.

NERI, Marcelo. **Microcrédito, dinâmica empresarial e mudança de classe**: o impacto do Crediamigo, 2017. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cps/crediamigo2> >. Acesso em: 01 jun. 2019.

NICHTER, Simeon, GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. Brasília: BNDES, 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 05 de jul. de 2019.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.225-249, jan./jun. 2013.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PASSOS, Alessandro Ferreira dos; PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo; COSTANZI, Rogério Nagamine. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. IPEA, 2002.

POCHMANN, Márcio. Mobilidade social no capitalismo e re-divisão internacional da classe média. In D. D. Barelt (Org.), **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, p.156-170, 2013.

POCHMANN, M. **O Mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. **A dinâmica geográfica da camelotagem**: a territorialidade do trabalho precarizado. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SAMA, Linda M.; CASSELMAN, Mitch Casselman. Profiting from poverty: ethics of microfinance in BOP. **South Asian Journal of Global Business Research**, v.2, n.1, p.82-103, 2013.

SANTOS, Ana Lucia Carvalho; D`SOUZA, Márcia Figueiredo; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Influência de características qualitativas nos indicadores contábeis de instituições microfinanceiras da América Latina e Caribe. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v.5, n.3, p.83-97, set./dez. 2013.

SEBRAE NACIONAL. **Tipos de organizações e forma de atuação em microfinanças**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tipos-de-organizacoes-e-forma-de-atuacao-em-microfinancas_ef59d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: jan. de 2018.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon press, 1981.

SEN, Amartya. **Social exclusion**: concept, application and scrutiny. *Social Development Papers*, 1. Asian Development Bank, Philippines, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Luiz Machado da. Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.) **Além da fábrica**: sindicatos, trabalhadores e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003, p.140-178.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. **Microfinanças – O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, Distrito Federal: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA JUNIOR, Armando Araújo de; MORAES, Ana Flávia de Moraes. As práticas de microcrédito produtivo em uma empresa de reciclagem de papel do polo industrial de Manaus. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.6, n.14, p.139-158, mai./ago. 2012.